

AO ILMO. SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023 DO SERVIÇO DE COMPRAS DA POLÍCIA FEDERAL.

**PROCESSO Nº 08211.002309/2022-84**

**MZL SOLUCOES EM CONSULTORIA E GESTAO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **39.142.316/0001-53**, Inscrição Estadual nº 0809594800115, sediada na **CSA 02, LOTE 20, SALA 101, TAGUATINGA SUL, BRASÍLIA – DF, CEP 72.015-025**, neste ato representado pelo Sr. **MOZAEL MENDES DE SANT’ANA**, brasileiro, portador (a) do RG nº **11.0008206-2 MDEB/DF** e do **CPF nº 031.413.551-00** - Telefones - (61) 9.9914-4360, vem, apresenta a seguinte **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em questão, com base nos fatos e argumentos a seguir::

## **I – DAS PRELIMINARES**

### **I.1 DA TEMPESTIVIDADE:**

A presente impugnação é perfeitamente TEMPESTIVA, haja visto que a abertura da sessão pública está prevista para o dia 26/12/2023, portanto a data limite para impetrar impugnação é até às 18 horas do dia 20 de dezembro de 2023, conforme art. 24, do Decreto 10.024/2019, a saber:

“Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública”.

### **I.2 – ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES:**

A presente impugnação trata do Edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 13/2023, cujo objeto é a “escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de sistemas de armas e acessórios, conforme condições,quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”, promovido pelo Ilmo. Serviço De Compras Da Polícia Federal, onde ao longo do documento indicado fora identificada ilegalidade flagrante, bem como divergência de informações junto ao Termo de Referência, que impactam de sobremaneira no dimensionamento das propostas pelos licitantes.

Os achados e seus supedâneos legais serão discriminados a seguir.

## **II - DAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO**

### **II.1 – DA VEDAÇÃO DO USO COMBINADO DAS LEIS Nº 8.666/93 E Nº 10.520/2002, E A LEI 14.133/2023:**

Em análise ao instrumento convocatório depreende-se que toda a licitação, em suma, será regida por diversos dispositivos legais, em especial os abaixo elencados:

1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
2. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

As citadas Leis possuem sua revogação expressa nas alíneas “a” e “b”, do inciso II, do art.193 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, e consequentemente os decretos que as regulamentam, a saber:

*Art. 193. Revogam-se:*

*(...)*

*II - em 30 de dezembro de 2023: (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)*

*a) a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)*

*b) a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)*

Neste sentido observa-se que a utilização de tais dispositivos para a promoção da licitação em tela é perfeitamente legal, porém o art. 191, da lei 14.133/2021 é cristalino quanto a vedação do uso combinado das leis que serão revogadas com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, conforme transcrito abaixo:

*“Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.”*

Ocorre que a ilegalidade perpetrada no instrumento convocatório reside em seu item 7.8, onde essa Administração lançou mão da disposição constante do § 4º, art. 52, Lei 14.133/2021, para a situação de equalização tributária no decorrer do certame, conforme colacionado abaixo:

*“7.8. No caso da proposta vencedora ser de empresa estrangeira e houver empresas nacionais participando, após a fase de lances, o pregoeiro aplicará a "equalização tributária" sobre a proposta estrangeira e realizará a comparação da proposta equalizada com a proposta nacional melhor classificada (§ 4º, art. 52, Lei 14.133/2021), de forma a preservar a competição e isonomia na licitação;”*

Portanto uma das principais cláusulas editalícias contamina com vício todo o instrumento convocatório ensejando na obrigatoriedade da Administração promotora do certame realizar sua suspensão para a realização dos devidos ajustes, que não restringe-se ao até agora dissertado.

## **II.2 - DA DIVERGÊNCIA ENTRE O EDITAL E O TERMO DE REFERÊNCIA;**

Mais adiante na análise do bojo de documentos que compõem o Instrumento convocatório, foi observado que o Edital traz em seu preâmbulo o critério de julgamento de “menor preço por item”,

onde ao final da disputa de lances sagrar-se-à campeã a licitante que ofertar o menor preço para cada item individualmente.

Mais adiante em detida leitura ao Termo de Referência, mais precisamente ao seu item 3, pode-se observar a justificativa totalmente plausível da realização do agrupamento de itens e consequentemente o julgamento pelo menor valor GLOBAL, inclusive a própria justificativa apresentada impede a realização de certame com julgamento por menor preço, o citado item segue transcrito abaixo:

*“ 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:*

*3.1. Os equipamentos diretamente acoplados ao fuzil devem ser fornecidos juntamente com o armamento para que a precisão, acurácia e consistência seja garantida. Todos os equipamentos devem ficar instalados, funcionais e não interferirem no três princípios elencados. Esses aspectos são a finalidade do tiro de precisão policial. Ressalte-se que, diferentemente de um fuzil de assalto, o armamento de precisão tem que ter todos os seus elementos compatíveis e focados na precisão desejada. Assim, como qualquer acessório pode interferir na precisão do armamento ou no seu correto funcionamento, é necessário que o fornecedor dos itens seja o mesmo*

*3.2. Outrossim, a solução em conjunto visa a manutenção da garantia, uma vez que a utilização de acessório não certificado pela fabricante poderá acarretar na sua perda. Frise-se, também, que, como não existe padronização, não há como a Administração licitar acessórios sem ter conhecimento prévio de qual armamento será adquirido.*

*3.3. A descrição da solução encontra-se detalhada no Anexo 1- Especificações Técnicas.” (grifo nosso)*

Neste diapasão, ante ao acima exposto, é notória a divergência entre o critério de julgamento adotado no Edital em tela e a justificativa de contratação de **ÚNICO FORNECEDOR** para todos os itens licitados.

Tal fato impede com que os licitantes possam realizar o dimensionamento de suas propostas, bem como, o julgamento pelo menor preço por item pode acarretar sérios prejuízos ao erário, haja visto que os acessórios licitados não se tratam de simples dispositivos de aplicação universal, mas sim equipamentos complexos que variam de acordo com o sistema bélico a ser aplicado, ou seja podem ocorrer aquisições de dispositivos incompatíveis com os equipamentos licitados.

Por derradeiro, cabe salientar que a escolha do critério de aceitação do objeto decorre do inciso X, art. 40, da lei 8.666/93, a saber:

*“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

*(...)*

*X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)”*

### **III– DOS PEDIDOS:**

Por todo o exposto, esta empresa requer:

- a) O conhecimento da presente Impugnação,
- b) A suspensão da abertura da sessão pública para a realização das devidas correções e posterior publicação do instrumento convocatório, observados os prazos legais,

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Brasília, 11 de dezembro de 2023.

**MZL SOLUCOES EM CONSULTORIA E GESTAO LTDA**

**Mozael Mendes de santana**